

PÁG 2 Simple Energy é a nova associada da Abraceel

PÁG 6 Regulamento da Conta Covid permanece em discussão

PÁG 9 GT discute novos processamentos do MVE e MCSDEN

PÁG 12 CPAMP trabalha no aprimoramento dos modelos

PÁG 15 Reprodutibilidade do Dessem garantida

PÁG 16 Menel é reconduzido à presidência do Fase

PÁG 18 Live Delta - Conversa com o Ministro Bento: o setor de energia pós-pandemia

PÁG 20 Abraceel na mídia

PÁG 21 Curtas

PÁG 23 Próxima semana



Simple Energy é a nova associada da Abraceel

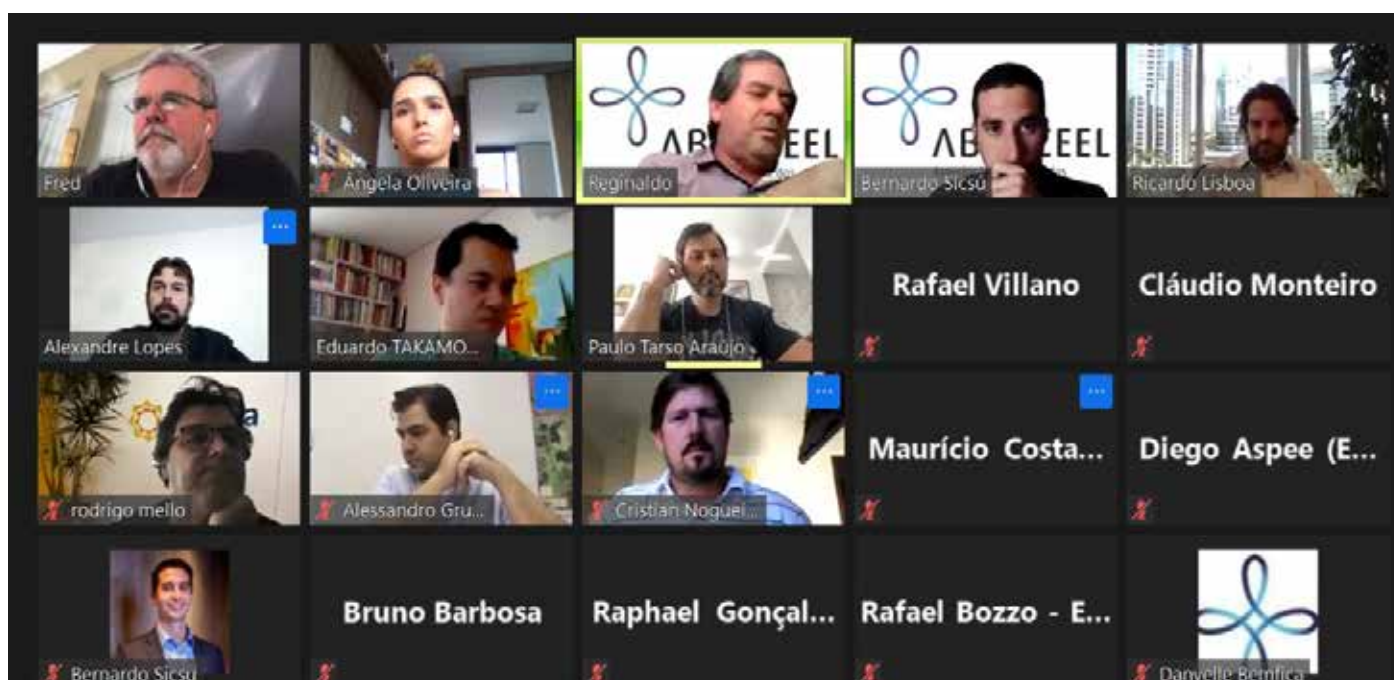
Matéria em 1 minuto:

- Planejamento Estratégico da Associação será realizado 100% online;
- CCEE solucionou o problema de reprodutibilidade do Dessem;
- Simple Energy é a 96ª associada da Abraceel.



Tempo de leitura:
5 minutos

O Conselho de Administração da Abraceel se reuniu no dia **18.06**, com a participação dos associados, para discutir a seguinte pauta:



Acompanhamento orçamentário e monitoramento das metas:

Devido ao isolamento imposto pela pandemia, as despesas da Abraceel estão 6% abaixo do planejado. Os destaques são a redução de custos com viagens e despesas administrativas.

Em relação à receita, essa também está abaixo, já que o orçamento foi feito considerando 96 empresas associadas, e a Abraceel, que iniciou o ano com 92, só alcançou essa meta em junho, no dia da reunião.

A despeito a aderência dos valores realizados aos originalmente projetados e por sugestão do associado Cláudio Monteiro (Matrix), ficou decidido que a diretoria apresentará ao Conselho uma reavaliação do orçamento para o segundo semestre. Por sugestão do conselheiro Daniel Marrocos, acatada pelos demais, se o desvio do orçamento for mínimo, não haverá necessidade de sua alteração e deliberação pela Assembleia.



Acompanhamento das Metas:

Na sequência a Diretoria relatou as atividades realizadas para o cumprimento das metas de cada bandeira definida no planejamento estratégico do ano passado, destacando a contratação de estudo para abertura do mercado na baixa tensão. O termo de referência para a contratação do estudo foi debatido com as áreas técnicas da Aneel e CCEE e visa aprimorar temas indispensáveis para a abertura do mercado na baixa tensão que não estão sendo tratados no PLS 232/16, como o funcionamento do supridor de última instância, revisar a regulamentação da comercialização varejista e aprofundar a questão da separação das atividades de fio e energia nas distribuidoras.

Destaque também para a indispensável atuação da ação da Abraceel para a efetiva participação dos agentes em todas as instâncias do recém criado Comitê Técnico da CCEE/ONS para o PMO/PLD. A Diretoria também relatou a carta da Abraceel enviada às autoridades, bem como o pedido de engajamento do FASE visando solucionar as pendências necessárias à implantação segura do preço horário em 2021. Nesse sentido, destacou-se que Bernardo Sicsú e Yasmin Oliveira publicaram artigo no Canal Energia, em **17.06**, reforçando os pontos ainda sem solução para a questão. Finalmente, a Diretoria relatou que na reunião de acompanhamento da implantação do preço horário realizada na manhã do mesmo dia da reunião do Conselho, a CCEE assegurou a reprodutibilidade do Dessem mesmo quando processado em diferentes computadores, desde que se utilize a mesma versão AVX.

Sobre a expansão da oferta para o mercado livre, está prevista a realização de uma nova live com a superintendente da área de energia do BNDES, Carla Primavera, visando atualizar os associados sobre os desdobramentos do tema, em data ainda a ser definida. Quanto às ações necessárias para buscar acelerar a tramitação do PLS 232 no Senado e o PLS 1917 na Câmara, estão programadas reuniões (lives) com parlamentares para discussão da modernização setorial, com destaque para o lastro legado.

Finalmente, o Conselho deliberou que a Diretoria Executiva deva promover ações mais contundentes junto ao Poder Executivo e à agência reguladora, visando aproveitar o cenário muito favorável à tese do mercado livre como solução para o modelo comercial do setor e buscar a publicação de atos - Decretos e Resoluções - que tornem irreversíveis os diversos estudos realizados ao longo dos últimos anos pelo próprio Governo, os quais defendem a abertura total do mercado.

Os associados foram informados também pela Diretoria que o presidente do BBCE, Carlos Ratto, encaminhará uma versão preliminar da cartilha sobre Contratos Financeiros que está sendo produzida em parceria Abraceel/BBCE.

Sobre a chamada de margem semanal, o presidente Ricardo Lisboa destacou a aproximação com a CCEE na discussão do tema. O conselheiro Rafael Mathias reforçou essa percepção, relatando que em conversa com a conselheira Rose Santos notou grande



disposição da CCEE para envolver o mercado na discussão antes de apresentar uma proposta formal. Inicialmente, estão sendo priorizadas as discussões sobre os critérios de adesão, manutenção e desligamento de agentes, que possuem grande convergência e podem trazer benefícios efetivos para a segurança do mercado.

Quanto à bandeira do gás natural, Reginaldo informou que já foi contratado estudo da consultoria BRG, que visa identificar e detalhar os gargalos comerciais para o funcionamento do mercado livre de gás. Todos os detalhes estão na apresentação disponível na área restrita do site da Abraceel, seção “Apresentações Exclusivas”.

Fechando o tópico, Lisboa comentou a visão positiva do MME em relação ao mercado livre expresso na live promovida pela Delta pelo ministro Bento Albuquerque. Lisboa relatou que o Ministro disse que desde o início da sua gestão o único segmento que não trouxe problemas ao MME foi o mercado livre de energia.

Lisboa também comentou que estratégia de comunicação da Abraceel na pandemia mostrou a maturidade do ACL para resolver seus próprios problemas, sem recorrer ao Governo, a despeito dos prejuízos bilionários ocorridos no período. O conselheiro Paulo Tarso anuiu com a visão de Lisboa, lembrando que o artigo publicado pela Abraceel em 17.06 no jornal eletrônico Poder 360, também replicado na página do MME, reforça essa posição.

Planejamento Estratégico – todo o processo será online:

Em razão da pandemia, o Conselho orientou que a Diretoria Executiva prosseguisse com a estratégia de realizar o processo 100% online, o que inclui as entrevistas com as empresas associadas e as palestras de nivelamento necessárias ao andamento dos trabalhos. Toda a dinâmica para definição de bandeiras, metas e atividades também será realizada por meio da plataforma Zoom, que tem diversas facilidades, conforme relatado pela Diretoria no encontro. Desta forma, foi decidido que em 2020 não haverá a reunião anual presencial de planejamento estratégico.



**Simple Energy é a nova associada da Abraceel:**

Aprovada por unanimidade a adesão da Simple Energy e a Abraceel alcança a marca de 96 empresas associadas.

Acompanhamento das atividades durante a pandemia:

Reginaldo Medeiros apresentou todas as ações realizadas pela Associação desde o início da pandemia, o que inclui o parecer jurídico do consultor Julião Coelho, e sugestão da Abraceel aos associados sobre como proceder no período da pandemia em face dos contratos de compra e venda de energia, lives informativas, ação solidária, estudo da PSR com outras associações setoriais, reuniões com os agentes do setor e artigos na mídia. **Detalhes na apresentação disponibilizada na área restrita.**



Regulamento da Conta Covid permanece em discussão

Matéria em 1 minuto:

- O limite proposto foi atualizado para 16,25 bilhões;
- pleito da Abraceel sobre consumidor migrante pagar os custos proporcionais aos “benefícios” não foi acatado;
- conforme contribuição da Abraceel, o termo de aceitação das distribuidoras abarcará todos os contratos de compra e venda de energia, não somente os CCEARs.



Tempo de leitura:
4 minutos

No dia **15.05**, em reunião de diretoria extraordinária, a Aneel discutiu o fechamento da CP 35/2020, que busca regulamentar o Decreto 10.350, sobre o empréstimo da Conta Covid. Em seu voto, a diretora relatora, Elisa Bastos, destacou as 419 contribuições recebidas de 77 agentes diferentes e apresentou as atualizações que foram feitas nas estimativas de cálculo do valor total do empréstimo. Afirmou que, considerando os dados mais atuais disponíveis, o limite proposto foi atualizado para 16,25 bilhões.

Situação do consumidor migrante:

Não foi acatada a contribuição apresentada pela Abraceel, para que o consumidor migrante que concluir seu processo antes do final do repasse de recursos da Conta Covid pagasse a integralidade dos encargos alocados na TE apenas até a data da migração. Argumentou que não era possível definir a relação de benefícios e custos no contexto da Conta Covid e não caberia à Agência fazer distinção entre consumidores potencialmente livres. O questionamento foi levado à Procuradoria, que concluiu não haver respaldo jurídico para o seu aceite.

Termo de aceite das distribuidoras:

No termo de aceitação das distribuidoras, havia cláusula impedindo a suspensão ou redução dos CCEARs, e a relatora entendeu que o texto deveria ser ajustado à redação do Decreto, abrangendo todos os contratos de compra e venda, conforme contribuição encaminhada pela Abraceel.

Antecipação da parcela B nos processos de RTE:

Sobre a proposta do diretor Sandoval de antecipar a parcela B nos processos de RTE de distribuidoras designadas, a relatora destacou a falta de isonomia em direcionar uma ação para distribuidoras específicas, e por isso votou por não acatar a proposta. Os diretores Sandoval e Efrain Cruz, porém, mantiveram o posicionamento de que a inclusão desse item na Conta Covid era essencial para atenuar os impactos da pandemia nos consumidores.

Além disso, a relatora ponderou que não seria exequível estabelecer critérios definitivos para avaliação dos impactos da pandemia no equilíbrio econômico das distribui-



doras neste momento. Por isso, o tema será objeto de uma segunda fase da consulta pública, a ser instaurada em até 120 dias, e disse que será explicitada na resolução que a necessidade de recomposição será avaliada pela Aneel.

Elisa também sugeriu que fosse possibilitada a contabilização nos balanços dos ativos financeiros relativos ao empréstimo, de forma que as distribuidoras não extrapolem os limites de endividamento máximos estabelecidos nos respectivos covenants, que são compromissos de proteção aos debenturistas. A questão também foi ponto de discordância entre os diretores. Por isso, diretor Efrain Cruz pediu vistas ao processo, que foi retirado de pauta e está incluído no rol da reunião ordinária da próxima terça-feira, **23.06**.

Aneel mantém suspensão do corte por inadimplência até agosto

No mesmo dia, a Aneel deliberou sobre a prorrogação da REN 878/2020, que determinou um conjunto de medidas sobre a prestação do serviço de distribuição. A REN foi emitida em **24.03** com uma vigência de 90 dias, e considerando a manutenção do estado de calamidade pública, a Aneel aprovou a prorrogação imediata da REN até **31.07**, mantendo seus efeitos inalterados, inclusive impedindo o corte do fornecimento por inadimplência para os consumidores residenciais.

COVID-19: MEDIDAS DA ANEEL PARA ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA | **ANEEL**

ANEEL PRORROGA ATÉ 31/7 MEDIDAS PARA GARANTIR SEGURANÇA NA DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

- FORNECIMENTO**
 - VEDAR TEMPORARIAMENTE A SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO POR INADIMPLÊNCIA DE CONSUMIDORES RESIDENCIAIS, TANTO RURAIS COMO URBANOS, E DE SERVIÇOS ESSENCIAIS
- LEITURA DO CONSUMO E FATURA**
 - PERMITIR A SUBSTITUIÇÃO DA FATURA MENSAL IMPRESSA POR FATURAS ELETRÔNICAS OU CÓDIGO DE BARRAS
- ALTERNATIVAS - LEITURA DO CONSUMO E FATURA**
 - RESIDÊNCIAS (AUTOLEITURA OU MÉDIA -12 MESES) E DEMAIS CLIENTES (AUTOLEITURA/CUSTO DE DISPONIBILIDADE/DEMANDA MÍNIMA OU MÉDIA 12 MESES). DISTRIBUIDORA DEVE VIABILIZAR AUTOLEITURA.
- ATENDIMENTO**
 - PERMITIR QUE AS DISTRIBUIDORAS SUSPENDAM ATENDIMENTO PRESENCIAL E INTENSIFIQUEM RECURSOS AUTOMÁTICOS NO SAC
- ATENDIMENTO**
 - PRIORIZAR, NOS ATENDIMENTOS TELEFÔNICOS, SOLICITAÇÕES DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA
- ATENDIMENTO**
 - PRIORIZAR RESTABELECIMENTO DE SERVIÇOS E PEDIDOS DE ISOCAÇÃO PARA LOCAIS DE TRATAMENTO HOSPITALAR DA POPULAÇÃO
- OUTROS SERVIÇOS**
 - MANTER APENAS OS DESLIGAMENTOS PROGRAMADOS ESTRITAMENTE NECESSÁRIOS
- OUTROS SERVIÇOS**
 - SUSPENDER PRAZOS PARA SOLICITAR RESSARCIMENTOS POR DANOS EM EQUIPAMENTOS
- OUTROS SERVIÇOS**
 - ELABORAR PLANO DE CONTINGÊNCIA ESPECÍFICO PARA ATENDIMENTO DE UNIDADES MÉDICAS E HOSPITALARES

ALÉM DISSO, A CONSULTA PÚBLICA 38/2020 VAI DEBATER COM A SOCIEDADE COMO DEVE SER O RETORNO ÀS REGRAS ORIGINAIS, QUE VIGORAVAM ANTES DA PANDEMIA.

Por acreditarem que existe tendência de abertura gradual das atividades, foi aberta a CP 38/2020 para discutir o cronograma de transição da REN 878. A relatora Elisa Bastos propôs que o fornecimento possa ser suspenso a partir de **01.08**, com exceção das unidades de baixa renda, enquanto durar o auxílio emergencial, e de outras categorias. Além disso, reconheceu que houve um aumento das atividades consideradas essenciais, e por isso, as categorias enquadradas como tal poderão ter o fornecimento suspenso. Assim, haverá a retomada da maioria das obrigações das distribuidoras, como atendimento presencial, ouvidoria, entrega da fatura impressa, etc.



Destaque para retomada das obrigações quanto à migração para o ACL, principalmente na adaptação do SMF. Apontando que não há colapso na prestação de serviços que justifiquem manter essas flexibilizações, sugere a revogação do art. 8º da REN 878, que suspendia a aplicação de penalidades de medição. Por fim, propõe que os serviços solicitados e ainda não atendidos pela distribuidora devem ser regularizados até 31.08, observando-se a ordem cronológica do pedido. A partir de 01.01.2021, a REN 878 perde vigência. A CP recebe contribuições até o dia **30.06**.



GT discute novos processamentos do MVE e MCSDEN

Matéria em 1 minuto:

- Reunião contou com a participação de Benny Moura e Pedro Weber, especialistas em regulação da Aneel;
- Benny destacou que alterações estruturais no MVE serão discutidas posteriormente em uma CP específica;
- Abraceel solicitou reunião com a área de tarifas da Aneel, a SGT, para discutir as medidas que podem impactar o MVE.



Tempo de leitura:
5 minutos

No dia **17.06**, o Grupo Técnico da Abraceel realizou videoconferência com a presença da SRM/Aneel, representada pelos especialistas em regulação Benny Moura e Pedro Elias Weber, para discutir as propostas da Consulta Pública 37, que trata da gestão contratual das distribuidoras, especialmente para aumentar as possibilidades de descontração ao longo do ano. A reunião contou a participação de cerca de 100 associados.

Os especialistas da SRM iniciaram a reunião destacando que no curto prazo, com objetivo de reduzir a sobrecontratação das distribuidoras já para 2021, foram aprovados pela Aneel os processamentos extraordinários do MVE em agosto, apenas com o produto anual A+1, e do MCSDEN A-1, em junho, com possibilidade de participação dos geradores que estejam com cronograma de obra atrasado.



No longo prazo, está em consulta pública o processamento permanente dos produtos aprovados em caráter extraordinário no curto prazo, além da criação de dois produtos adicionais do MVE, sendo eles: (i) produto A-2: com vigência dois anos à frente; e (ii)



produto mensal: com vigência no mês seguinte. Também é proposto que o MVE seja processado mensalmente, com os produtos mensais, trimestrais, semestrais e anuais, com início da vigência nos meses subsequentes.

Vale lembrar que já foram aprovados, para entrar em vigência em 2021, os aprimoramentos no MVE propostos pela Abraceel, como: (i) novo produto para o 2º semestre do ano subsequente, e (ii) exclusão do critério de desempate por quantidade de lotes. Além disso, Benny destacou que alterações estruturais no MVE serão discutidas posteriormente em uma CP específica, que segundo a Agenda Regulatória da Aneel, tem previsão para acontecer no 2º semestre deste ano.

Adicionalmente, também é âmbito da CP 37 o diferimento do pagamento dos contratos regulados, onde a SRM recomenda a criação de mecanismo em que haja participação voluntária dos geradores e das distribuidoras. A SRM destacou que o objetivo é aliviar o fluxo de caixa das distribuidoras para amenizar o empréstimo a ser tomado da Conta Covid.

Assim, qualquer gerador com contrato regulado, com interesse em postergar suas receitas fixas, poderia estabelecer as condições para o diferimento, como uma oferta. O entendimento é que poderia haver um benefício financeiro, como alternativa de remuneração às disponíveis no mercado, não alterando nada quanto à entrega ou contabilização da energia, e as distribuidoras contrapartes poderiam escolher as ofertas desejadas conforme sua avaliação. Conseqüentemente, não haveria repasse dos custos financeiros envolvidos aos consumidores. A Abraceel reforçará em sua contribuição a importância de os mecanismos de diferimento serem voluntários, em respeito aos contratos e à estabilidade regulatória.

Questionados sobre eventual flexibilização das restrições impostas às negociações bilaterais entre geradores e distribuidoras, objeto da Resolução 711/2016, em especial à restrição aos empreendimentos que estão em operação comercial, os especialistas da Agência destacaram que existem tratativas no âmbito do MME para edição de normativo para incentivar essas descontrações, que deverão ocorrer sem desconto, para não onerar os consumidores.

Finalizando sua apresentação, os especialistas destacaram a importância de acompanhar as decisões da AP 25/19, cujos encaminhamentos podem impactar o MVE, uma vez que serão propostas medidas para aferição mensal da sobrecontratação das distribuidoras. Os técnicos da Aneel acreditam que no caso de sobrecontratação, uma vez definidas as regras que envolvem as ações de gestão contratual pelas distribuidoras, bem como a alocação dos custos e seus eventuais repasses tarifários, essas podem resultar no aumento do interesse em participar do MVE.



Em seguida, os associados ponderaram suas considerações sobre as propostas discutidas na CP 37. Especialmente sobre a criação de novos produtos do MVE, os associados se posicionaram favoráveis, alegando ser importante ao mercado, por aumentar a liquidez.

No entanto, também destacaram que, antes da criação de novos produtos, é imprescindível a rediscussão das regras do MVE, de modo a tornar o mecanismo mais atrativo e efetivo, com maior número de negociações. Como se pode observar no resultado do MVE de abril, a quantidade de montantes ofertados para a compra e venda é muito maior que o montante total negociado.

	Produtos de 3 Meses (abr a jun – 2184 horas)			
	Nº de Ofertas Recebidas	Total Ofertado (MWmed)	Nº de Ofertas Atendidas	Total Negociado (MWmed)
Venda	43	2613,1	3	219,9
Compra	191	1816,9	23	

Logo, serão apontadas algumas sugestões de aprimoramento na estrutura do MVE, buscando alcançar mudanças que tornem o mecanismo mais atrativo, seguro e eficiente tais como: (i) revisão da proporção e periodicidade de apuração dos ônus e bônus das distribuidoras; (ii) exigência de garantias financeiras no MVE; e (iii) exclusão do limite de venda.

Por fim, a Abraceel solicitou reunião com a área de tarifas da Aneel, a SGT, para discutir as medidas que podem impactar o MVE no âmbito da AP 25/19, e em breve será enviado ao GT a minuta de contribuição para a CP 37, para as considerações dos associados.

A apresentação realizada pela SRM/Aneel está disponível na área restrita do site da Abraceel, em “Apresentações exclusivas”.



CPAMP trabalha no aprimoramento dos modelos

Matéria em 1 minuto:

- Reprodutibilidade do Dessem foi questionada na reunião;
- CEPEL foi questionado sobre a avaliação de outros otimizadores para o Dessem;
- foram propostas atividades bianuais que requerem maior tempo de estudo, com entregas previstas para julho de 2022.



Tempo de leitura:
4 minutos

O Grupo de Trabalho Metodologias da CPAMP realizou webinar no dia **18.06** para apresentação do andamento das atividades e das propostas para o ciclo 2020/2021.

1. Volatilidade CMO/PLD: esta atividade buscou avaliar os impactos de não considerar a ENA como variável de estado na Função de Custo Futuro (FCF) no Newave. Foi destacado que a preocupação não é com a variação do preço em si, mas com movimentos abruptos que chamam atenção. A CCEE mapeou que a hidrologia é responsável por 49% na variabilidade do preço e estimaram um valor de R\$ 17/MWh para cada GW médio de afluência.

Por isso, foram feitas simulações encadeadas sem a ENA na FCF e os resultados foram positivos. Do ponto de vista do custo total de geração térmica, houve uma redução de 7% no custo, em função de um despacho termelétrico mais estável e barato. Porém, para manter trajetória de armazenamento semelhante seria preciso reajustar os parâmetros do CVAR, preservando também a segurança energética do sistema.

Foi sugerida e acatada a manutenção dessa atividade para o próximo ciclo de trabalho. Assim, as simulações em anos de cenários hidrológicos mais adversos seriam realizadas para avaliar a possibilidade de atualizar semanalmente a FCF, que hoje é atualizada de um mês para o outro, exatamente quando se verificam as variações mais abruptas no CMO.

2. Representação hidrológica: essa atividade buscou avaliar a alteração no comportamento hidrológico em anos mais recentes. Exemplo: no submercado Nordeste, desde a década de 1990, são observadas ENAs consistentemente inferiores à MLT, com tendência de redução.

Por essa razão, o Cepel desenvolveu uma metodologia PAR-A(p), com o objetivo de estender a memória, acrescentando a média das últimas 12 afluências periódicas. Os resultados indicam que a metodologia consegue trazer melhor representação hidrológica, com a introdução de um peso maior para o passado recente, porém tende a gerar



cenários mais críticos. Por isso, a avaliação inicial mostra um aumento significativo da geração térmica, com conseqüente aumento do CMO. Foi sugerida a manutenção dessa atividade para o próximo ciclo, de forma a finalizar o backtest do PAR-A(p).

Além dessas, para o ciclo de trabalho 2020/2021 foram propostos:

3. Revisão da taxa de desconto utilizada nos modelos: a atividade foi proposta devido ao constante questionamento sobre a taxa de desconto nos estudos de planejamento da expansão;

4. Aprimoramento do modelo SUSHI: implementação e validação das regras operativas para a bacia do São Francisco no módulo de energia firme. É uma atividade permanente do GT Metodologia, que já passou por Webinar e consulta pública. Há previsão de nova versão do modelo até agosto; e

5. Volume Mínimo Operativo: avaliação do acoplamento do VMOP para o Decomp. Ainda não se trata de implementação dos níveis meta no Decomp, mas sim como ajustar o modelo para perceber as restrições que indicam armazenamentos muito baixos. Foram propostas, ainda, atividades bianuais que requerem maior tempo de estudo, com entregas previstas para julho de 2022.

6. Restrições de Unit Commitment hidráulico no Dessem: para melhorar a representação das restrições das usinas hidrelétricas, serão avaliadas: (i) compatibilização da função de produção com as funções do Decomp, (ii) representação da faixa de operação em que cada unidade geradora não pode operar e (iii) condições adicionais de partida e parada;

7. Newave Híbrido: é possível representar as usinas hidrelétricas de forma individualizada em todo período de planejamento, ao invés da representação atual, feita por reservatórios equivalentes de energia. A proposta é evoluir para a representação individual no horizonte mais próximo da tomada de decisão; e

8. Modelagem das fontes intermitentes: desenvolvimento de séries sintéticas de vento e produção de energia eólica mensal, já que atualmente a previsão da geração eólica é considerada com base na média mensal do histórico dos últimos cinco anos.

A reprodutibilidade do Dessem foi questionada na reunião, tendo em vista que no final de 2019, as instituições haviam orientado o uso de processador específico para garantir a reprodutibilidade e o problema relatado voltou a ocorrer. A CCEE explicou que justamente em dezembro migrou para a nova versão do AVX, o que provocou a não reprodutibilidade do modelo. Ressaltou que se houver novas versões de AVX, o que não se espera no curto prazo, CCEE e ONS precisarão migrar para essas simultaneamente.



O CEPEL foi questionado sobre a avaliação de outros otimizadores para o Dessem. Em resposta, disse que a avaliação é permanente e que as outras opções não têm tempo de processamento exequível para uma rodada diária. Porém, destacou que a avaliação do Cplex com outras opções foi feita em bases iguais, ou seja, utilizando apenas dois núcleos, admitindo que caso sejam usados mais núcleos nas outras opções, como o Coin, por exemplo, gratuito e de código aberto, o tempo de processamento poderia melhorar.

Os agentes poderão contribuir com os temas propostos por meio de questionário (<https://pt.surveymonkey.com/r/gt-metodologia>) até o dia **03.07** e a Abraceel agendará uma reunião do grupo técnico na próxima semana para discutir o tema. As contribuições serão analisadas e levadas para aprovação da CPAMP até agosto. A coordenação do GT Metodologia reforçou que pretendem manter encontros mais frequentes com os agentes, de forma a dar maior transparência para as atividades.



Reprodutibilidade do Dessem garantida

Matéria em 1 minuto:

- CCEE e o ONS finalizaram os testes em todos os casos de 2019, que somaram quase 500, e conseguiram garantir 100% da reprodutibilidade do Dessem quando usada a mesma versão do AVX;
- a Câmara está trabalhando para disponibilizar também o reprocessamento da contabilização sombra de 2019;
- será agendada uma FT-PrevCargaDessem nas próximas semanas.



Tempo de leitura:
2 minutos

No dia **18.06**, a CCEE promoveu mais um encontro sobre o preço horário, com o destaque informado pela conselheira Talita Porto de que a CCEE e o ONS finalizaram os testes em todos os casos de 2019, que somaram quase 500, e conseguiram garantir 100% da reprodutibilidade do Dessem quando usada a mesma versão do AVX. Rodrigo Sacchi pontuou que a CCEE usa a instrução AVX 512, e o ONS a versão AVX 2 e, por isso, o Operador irá substituí-la pela mais atual. A Câmara e o Operador irão formalizar a instrução via correspondência para a Aneel.

Em seguida, foi informado que a CCEE está trabalhando para disponibilizar também o reprocessamento da contabilização sombra de 2019. Em junho houve uma restrição que acusava inconsistência e, por isso, a CCEE teve que retirar a etapa de consistência dos dados de unit commitment, mas garantiu que isso não altera o resultado final.

Sobre os encargos, a CCEE apontou que o Dessem na operação vem cumprindo sua expectativa de reduzir os encargos totais, sendo que uma parte dessa redução se justifica porque desde o início do ano a parcela de Reserva de Potência Operativa passou a ser modelada no Dessem, deixando de constituir encargo de segurança energética. Os especialistas apontaram que as diferenças entre a contabilização oficial e a sombra se justificam principalmente por causa da queda da carga durante a madrugada, já que à medida que as usinas são desligadas, no Dessem é preciso cumprir requisitos de tempo mínimo ON e OFF, não havendo desligamento imediato, o que gera encargo de unit commitment.

Foi informado que será agendada uma FT-PrevCargaDessem nas próximas semanas, e quando questionada se o PrevCarga já estaria apto para ser considerado na formação de preços, a CCEE disse que entende que o modelo já tem um grau de maturidade suficiente, agregando transparência ao processo, mas destacou que se trata de uma decisão conjunta das instituições.



Menel é reconduzido à presidência do Fase

Matéria em 1 minuto:

- Mário Menel é reeleito presidente do Fórum. Guilherme Velho (Apine) e Newton Duarte (Cogen) eleitos Vice-Presidentes;
- Abraceel levou à discussão o PL 1397/2020, que traz dispositivos legais emergenciais que podem comprometer o setor;
- FASE fará contato com o ONS para discutir a aplicação do preço horário com segurança a partir de janeiro de 2021.



Tempo de leitura:
3 minutos

Em **16.06**, o Fórum das Associações do Setor Elétrico (FASE), realizou videoconferência, cuja agenda teve quatro apresentações:

1. Agnes Costa, assessora do MME, apresentou o andamento dos trabalhos do Comitê de Modernização do SEB;



2. Carlos Ratto, CEO do BBCE, apresentou o sistema de derivativos e relatou a atuação do BBCE e suas perspectivas;

3. Carlos Augusto Brandão, presidente da Associação Brasileira de Armazenamento e Qualidade de Energia (ABAQUE) mostrou o estado atual da tecnologia para armazenamento de energia no Brasil e no mundo; e

4. Marcelo Moraes, da ABIAPE, discorreu sobre o panorama político atual e o andamento de projetos de interesse do setor no Congresso Nacional, em especial sobre as possibilidades de votação no plenário do Senado do PL 3975, referente ao GSF.

Na sequência, houve a eleição para a direção do FASE para o período 2020/2021, tendo sido eleitos Mário Menel, confirmado na presidência, e Guilherme Velho (Apine) e Newton Duarte (Cogen) para Vice-Presidentes.



Alexandre Lopes, da Abraceel, discorreu sobre O PL 1397/2020, que já foi aprovado na Câmara dos Deputados e encaminhado para o Senado. O PL traz dispositivos legais emergenciais para as relações contratuais em geral, em função da Covid, que podem comprometer seriamente o SEB. Foi decidido que Alexandre e Marcelo Moraes irão preparar documento a ser encaminhado para o relator da matéria no Senado, ainda não designado, sugerindo que o setor elétrico – por já ter outros mecanismos regulatórios para lidar com a atual situação de emergência – fosse excluído do texto legal.

Falando sobre o preço horário, Alexandre Lopes apontou as dificuldades que os modelos computacionais necessários para sua implantação a partir de 2021 vêm apresentando, principalmente em relação à sua reprodutibilidade pelos agentes (veja matéria neste relatório sobre o Preço Horário). Edmundo Silva, da Abraget, reforçou a percepção de dificuldades. Foi decidido que a presidência do FASE fará contato com o ONS, visando a encontrar uma linha de ação de colaboração para que, efetivamente, se tivesse a aplicação do preço horário com segurança a partir de janeiro de 2021.

As apresentações estão disponíveis na área restrita do site da Abraceel.



Live Delta - Conversa com o Ministro Bento: o setor de energia pós-pandemia

Participante: Bento Albuquerque, ministro de Minas e Energia

Moderador: Ricardo Lisboa, sócio-diretor do Grupo Delta Energia

Luiz Vianna – CEO da Delta Energia Asset Management

O ministro enfatizou que, neste governo, foi criada no setor elétrico uma governança própria, o que possibilitou a tomada de atitudes de forma célere. Enfatizou que a principal preocupação do governo em relação à Conta Covid é preservar o setor, mas, especialmente, o consumidor. Informou também que o Plano de Energia 2050 está pronto e que, logo mais, estará aberto para consulta pública.

Reforçou a necessidade de aprovação da modernização do setor elétrico, por meio do PLS 232/2016 e a aprovação do GSF, por meio do PL 3975/2019. Contou que tem se reunido periodicamente e dialogado com o Legislativo e com a Aneel para que os projetos sejam aprovados no Congresso. Sobre o GSF, disse ainda que a ação legislativa, neste caso muito particular, é muito mais eficaz que qualquer ação judicial.

Sobre o mercado de gás natural, reforçou que é prioridade do MME. Contou que tem se reunido com o deputado Silas Câmara, relator do PL 6407/2013 na Câmara dos Deputados e presidente da Comissão de Minas e Energia, além de conversas com o presidente Rodrigo Maia, para discutir o assunto e enfatizar a importância da aprovação do projeto.

O mercado livre foi outro ponto debatido na live. Bento Albuquerque disse que, a exemplo de mais de 30 países em todo o mundo, o Brasil poderá, sim, ter um mercado 100% livre, ressaltando, no entanto, a relevância de que esse processo ocorra de forma controlada e equilibrada. “E agora, com portaria que assinei em dezembro do ano passado, já temos sinalizados até 0,5 mW ou 500 kW, de forma previsível, onde vamos tirar as fontes incentivadas permitindo que outros consumidores tenham acesso a esse mercado”, lembrou ele. “Já estamos trabalhando com a Aneel, com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e com outros agentes – acrescentou -, para a criação de um cronograma a partir de 2023, para que tenhamos a previsibilidade de quando iremos alcançar um mercado 100% livre. Acho que o consumidor de uma maneira geral, ele busca isso, mas busca também equilíbrio, segurança e controle deste movimento que estamos fazendo”.

Disse que neste momento devem ser priorizadas as medidas que podem ser implementadas no curto prazo e que essas precisam ser construídas por todos os agentes,



pois nada adiantaria o MME construir algo que não fosse adequado para o setor. Por fim, teceu diversos elogios ao mercado livre de energia, sendo esse, em sua visão, uma solução para momentos de crise. Afirmou que gastou pouco tempo discutindo o ACL nesta crise, pois o mercado está sendo muito bem conduzido e seguindo a premissa adotada de respeito aos contratos.



ABRACEEL NA MÍDIA

Confira o destaque da semana



[Confira aqui](#) a íntegra do artigo do nosso presidente, Reginaldo Medeiros, veiculado no Poder360

Confira a íntegra do artigo do Bernardo Sicsú e Yasmin Oliveira, diretor e assessora da Abraceel, sobre o tema [no site do Canal Energia](#)





CURTAS

Abraceel retoma reunião com conselheiro da CCEE

No dia **15.06**, a Abraceel retomou reunião com o conselheiro da CCEE Marco Delgado, dando continuidade aos temas que não foram tratados na reunião do dia 29.05. Foi reforçado que o principal ponto de preocupação com o modelo varejista é a manutenção do cliente inadimplente por decisão judicial, e que o comercializador varejista consegue ter certa flexibilidade na sua própria contratação. Foram abordadas as preocupações envolvendo o preço horário, destacando como a CCEE poderia se envolver para acabar com a reserva de mercado nos modelos computacionais, como o Cplex. Por fim, falando sobre a governança da CCEE, Delgado disse que ainda não houve tempo para que pudesse se debruçar sobre o tema, e lembrou que existe uma proposta para tal, feita em 2012, que não conhece em detalhes, mas que certamente está defasada, ante as mudanças havidas no setor desde então.

Abertura do mercado de gás no Amazonas

A Abraceel, representada por Bernardo Sicsú, participou em 15.06 de audiência pública na Assembleia Legislativa do Amazonas (ALEAM) para discutir o Projeto de Lei 153/2020, que propõe a abertura do mercado de gás no estado. Em sua apresentação, a Abraceel defendeu a aprovação do PL, que

estabelece redução dos limites de migração, a criação da figura de condomínio de consumidores (semelhante à comunhão de cargas do setor elétrico) e outros aperfeiçoamentos para estimular a livre comercialização. O destaque da audiência ficou para a manifestação do Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, Ari Moutinho, que discutiu asperamente com representantes da Cigás e fez duras críticas ao governador do estado. Antes da audiência, após ter sido aprovado de forma unânime na ALEAM, o PL havia sido vetado pelo governador Wilson Lima e agora tranca a pauta da Assembleia. Durante a audiência, o deputado Fausto Júnior informou que apresentaria parecer contrário ao veto e o presidente da Aleam, deputado Josué Neto, informou que aguardaria o envio de uma proposta do executivo para abrir o mercado de gás. **A íntegra da audiência está disponível no link a seguir, com a apresentação da Abraceel iniciando no minuto 57:05 e a manifestação do conselheiro Ari Moutinho iniciando em 1:52:52.** <https://www.youtube.com/watch?v=jq4IjJheG04&t=7368s>



PL do Gás no Congresso Nacional

Em **17.06**, a coordenação do Fórum do Gás se reuniu com o Deputado Federal Laércio Olivei-



ra (PP-SE), relator do Projeto de Lei do Gás Natural na Comissão de Desenvolvimento Econômico da Câmara dos Deputados. A Abraceel foi representada por Bernardo Sicsú, coordenador-adjunto do Fórum. O deputado destacou que o PL do Gás está ganhando maior relevância nas discussões do parlamento e que está em tratativas para ser o relator da matéria no plenário, caso eventual regime de urgência seja aprovado. Sobre isso, pediu apoio do Fórum no sentido de tentar sensibilizar as principais lideranças, em especial o presidente Rodrigo Maia, da importância e aprovação do regime de urgência. O Deputado acredita que o PL 6407/2013 conta com os votos necessários para a sua aprovação no plenário da Câmara, principalmente em razão da importância para o desenvolvimento do país no cenário pós-pandemia.



Associações discutem atuação no PL 6407

As associações participantes do Fórum do Gás estiveram reunidas hoje, **19.06**, para alinhar a atuação na tramitação do PL 6407/2013 (Novo Mercado de Gás). O plano de ação conta com ações nas mídias sociais,

reuniões virtuais com os parlamentares, bem como atuação na imprensa para destacar os benefícios do projeto e aproveitar a primeira oportunidade para pautá-lo quando o Congresso voltar a discutir uma pauta estruturante após a pandemia. Bernardo Sicsú e Ângela Oliveira representaram a Abraceel na reunião.



Mercado livre em pauta

Reginaldo Medeiros foi expositor em duas reuniões para discutir a agenda do mercado livre de energia: panorama geral da Pandemia no mercado livre e o futuro do segmento. A primeira aconteceu no dia 17.06, com a participação de diversos investidores do setor elétrico, em encontro promovido pelo Banco Brasil Plural/Genial Investimentos. No dia seguinte, discutiu o tema com o Conselho de Energia da Firjan. Nessa, conclamou a Firjan para atuar junto ao Governo e ao Congresso Nacional para aprovação dos projetos da reforma setorial do setor elétrico, além de expor o andamento da abertura do mercado de gás, tema para o qual também pediu apoio da Firjan. **As apresentações realizadas nos eventos estão no site da Abraceel, na área aberta, seção “Biblioteca > Apresentações”.**



12 anos Kroma Energia

Parabenizamos a associada Kroma Energia pelos seus 12 anos de atuação no mercado livre de energia. Confira o vídeo da empresa no link: https://www.linkedin.com/posts/kroma-energia_kromaenergia-dozeanos-aniversariokroma-activity-6679359831343689728-jMd2

Fórum Regional de Geração Distribuída Online

Diante da necessidade temporária de distanciamento social e para estímulo à continuidade das atualizações técnicas, comerciais, políticas e tecnológicas, o Grupo FRG Mídias e Eventos e a ABGD - Associação Brasileira de Geração Distribuída, em parceria com algumas entidades e empresas do setor no Brasil, se uniram para promover a Edição Especial do FÓRUM GD - Fórum de Geração Distribuída 100% online. O fórum, que acontece nos dias 23, 24 e 25 de junho, contará com diversos nomes do setor de energias renováveis no Brasil e no mundo. Serão discutidos os principais desafios e oportunidades na geração distribuída com fontes Renováveis e Energia Solar Fotovoltaica. Saiba mais em <https://www.forumgdonline.com.br/site/>

Pauta Aneel

Está na pauta da reunião de diretoria da Aneel da próxima semana o resultado par-

cial da Consulta Pública nº 35, instituída com vistas a colher subsídios e informações adicionais para o aprimoramento da proposta de regulamentação do Decreto nº 10.350, que dispõe sobre a Conta-covid, exclusivamente, em relação ao tema das operações de crédito e suas implicações, que constam dos artigos 1º a 5º e 7º a 9º, do Decreto nº 10.350/2020



PRÓXIMA SEMANA

22.06 – segunda-feira: Vice presidência de Energia participa da **Reunião do Fórum do Gás com o CMGN**, às 15h15m.